

## Rio de Janeiro

Sábado, 19. domingo, 20 e segunda-feira, 21 de fevereiro de 2022 – Diário Comercial – 01

### Hydria Participações e Investimentos S.A.

(atual denominação social da Juruena Participações e Investimentos S.A.)  
CNPJ/ME nº 07.655.515/0001-79 – NIRE 33.300.331.531

**Ata de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Distribuição, da Hydria Participações e Investimentos S.A. iniciada em Primeira Convocação em 10 de dezembro de 2021, quando foi Suspensa para Reabertura em 20 de dezembro de 2021**

**1. Data, Hora e Local:** Iniciada em primeira convocação em 10 de Dezembro de 2021, quando foi suspensa para reabertura em 20 de Dezembro de 2021, às 11 horas, na forma da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 615, de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM 625"), de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Zoom, cujo link de acesso foi disponibilizado aos Debenturistas pela Hydria Participações e Investimentos S.A. (atual denominação social da Juruena Participações e Investimentos S.A.) ("Emissora"). Nos termos da 2ª do artigo 3º da Instrução CVM 625, a presente assembleia geral de Debenturistas ("AGD") será considerada realizada na sede da Emissora, qual seja, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Oscar Niemeyer nº 2.000, bloco 1, sala 1, Santo Cristo, CEP 20.220-297. **2. Convocação:** A convocação foi realizada, nos termos do § 2 do artigo 124 e do inciso II do § 1º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor, por meio de publicação de edital de 1ª convocação nas edições dos dias: (i) 22, 24 e 25 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; e (ii) 22, 24 e 25 do jornal "Diário Comercial". **3. Presença:** Presentes: (i) os Debenturistas titulares de 76,89% (setenta e seis inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) das Debêntures em Circulação ("Debenturistas Presentes"), conforme definidas no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Juruena Participações e Investimentos S.A.", celebrado em 02 de agosto de 2019, entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, bloco 07, sala 201, CEP 22.640-102, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 36.113.876/0001-10 ("Agente Fiduciário"), conforme aditamentos posteriores ("Escritura de Emissão"); (ii) representante(s) do Agente Fiduciário; e (iii) representante(s) da Emissora. **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. Eduardo Guimarães Lameira Bittencourt Borges, e secretariada pelo Sr. Rafael Casemiro Pinto. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia ("Ordem do Dia"): I. Concessão de anuência prévia para realização de alteração no controle acionário direto da Emissora, de modo que não seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto no inciso "(viii)" da cláusula 7.1.2 da Escritura de Emissão; e II. Autorização para a Emissora, em conjunto com Agente Fiduciário, praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias para formalizar e efetivar as matérias eventualmente aprovadas na AGD. **6. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os Debenturistas Presentes votaram conforme disposto a seguir: I. Com relação à matéria prevista na alínea "I" da Ordem do Dia, os Debenturistas Presentes representantes de **76,89% (setenta e seis inteiros e oitenta e nove centésimos por cento)** das Debêntures em Circulação votaram favoravelmente, de modo que foi aprovada a concessão de anuência prévia para realização de alteração no controle acionário direto da Emissora, de modo que não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto no inciso "(viii)" da cláusula 7.1.2 da Escritura de Emissão. Tendo sido aprovado, para todos os fins a transferência de 96,40% (noventa e seis inteiros e quarenta centésimos por cento) das ações da Emissora detidas pelo Energia PCH – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 06.940.581/0001-28 para BFE Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 40.681.516/0001-63; e II. Tendo em vista a aprovação da matéria prevista na alínea "II" da Ordem do Dia, foi deliberada a aprovação do inciso "II" da Ordem do Dia, de modo que os Debenturistas Presentes representantes de **76,89% (setenta e seis inteiros e oitenta e nove centésimos por cento)** das Debêntures em Circulação votaram favoravelmente e, portanto, foi aprovada a autorização para a Emissora, em conjunto com Agente Fiduciário, praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias para formalizar e efetivar as matérias aprovadas na presente AGD. A Emissora informa que a presente AGD atendeu a todos os requisitos e orientações de procedimentos para sua realização, conforme determina a Instrução CVM 625, em especial aos artigos 3º e 7º. Os termos iniciados em letra maiúscula que não estejam aqui definidos têm os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. As deliberações acima estão restritas apenas à Ordem do Dia e não serão interpretadas como renúncia de qualquer direito dos Debenturistas e/ou deveres da Emissora, decorrentes de lei e/ou da Escritura de Emissão. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão não alterados nos termos desta AGD, bem como todos os demais documentos relacionados à emissão das Debêntures, até o integral cumprimento da totalidade das obrigações ali previstas. **7. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes na forma prevista no § 2º do artigo 8º da Instrução CVM 625, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2021. Eduardo Guimarães Lameira Bittencourt Borges, CPF: 141.395.677-75, e-mail: eduardo.borges@xpasset.com.br – Presidente; Rafael Casemiro Pinto, CPF: 112.901.697-80, e-mail: rafael.casemiro@oliveiratrust.com.br – Secretário. **Emissora: Hydria Participações e Investimentos S.A.** (atual denominação social da Juruena Participações e Investimentos S.A.) Eduardo Lopes Lobianco, CPF: 095.987.127-61, e-mail: eduardo.lobianco@hydriaenergia.com.br. **Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Rafael Casemiro Pinto, CPF: 112.901.697-80, e-mail: rafael.casemiro@oliveiratrust.com.br. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 19/01/2022 sob o nº 00004732684 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 00-2022/085270-7 de 18/01/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho – Secretário Geral.

### GW BOTAFOGO PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 11.362.764/0001-43 - NIRE 33.3.0031034-7

**Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária:** Ficam os senhores acionistas da **GW BOTAFOGO PARTICIPAÇÕES S/A** ("Companhia"), convocados para Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada de forma semipresencial, conforme Art. 121 da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM 622 de 2020, no dia 03 (três) de março de 2022, sendo a primeira convocação às 10:30 horas, e a segunda e última convocação às 11:00 horas, nas dependências da companhia, localizada à Rua Paulino Fernandes, nº 39 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22270-050 e virtualmente o acesso para assembleia será através da plataforma GoogleMeet e todas as informações e detalhes serão enviados por e-mail no dia 02 de março de 2022. Os acionistas irão deliberar sobre a seguinte pauta constante na ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria para o biênio 2022 - 2024. Rio de Janeiro - RJ, 18 de fevereiro de 2022. Renata Wanderley Loureiro de Abreu Sodré - Diretora Presidente.

### CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

CNPJ/ME 18.201.378/0001-19 - NIRE: 33.3.0030772-9

**CONVOCAÇÃO - AGE:** Convidamos os Srs. representantes dos Acionistas a se reunirem em AGE a ser realizada no dia 10/03/2022, às 14h, de forma exclusivamente digital, disponibilizando-se o ambiente virtual àqueles que comprovarem sua qualidade de acionistas (e, em caso de procuradores, apresentarem a respectiva procuração), por solicitação a ser enviada ao e-mail [juridico@vltrio.com.br](mailto:juridico@vltrio.com.br), sendo permitido o envio de manifestação de voto ao referido e-mail, para deliberarem sobre (i) critérios gerais de remuneração da Cia., relativos ao exercício de 2022; e (ii) realização de aumento de capital no valor de até R\$ 40.000.000,01 na Cia, nos termos da cláusula 3.2 do Acordo de Acionistas. Os documentos pertinentes à deliberação estão à disposição dos Acionistas, na sede da Cia., podendo ser enviados por e-mail. As procurações outorgadas aos representantes dos acionistas que participarão do ato, cujos mandatos já não estejam arquivados na sede da Cia., acompanhadas dos demais documentos de representação das acionistas, deverão ser encaminhadas ao e-mail [juridico@vltrio.com.br](mailto:juridico@vltrio.com.br) com no mínimo 30 minutos de antecedência da abertura dos trabalhos. Ary Azevedo Franco Neto - Presidente do Conselho de Administração.

## Enesa Engenharia S.A.

CNPJ: 48.785.828/0001-29  
Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2021.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo/Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	23.364	16.696	28.343	20.343
Contas a receber	50.989	23.512	50.989	50.989
Estoques	8.456	15.911	8.456	8.456
Adiantamentos a fornecedores	3.266	4.133	3.266	4.133
Obrigações a recuperar	17.056	108.523	17.056	17.056
Outros créditos	1.926	2.570	2.213	2.213
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>105.057</b>	<b>171.343</b>	<b>110.323</b>	<b>110.323</b>
<b>Não circulante</b>				
Impostos e contribuições diferidos	190.278	192.610	190.278	190.278
Títulos e Valores Mobiliários	-	16.747	-	16.747
TrIBUTOS diferidos	3.894	6.910	3.894	6.910
Débitos judiciais	28.151	31.473	28.151	31.473
Créditos com pessoas ligadas	11.827	55.531	19.550	19.550
Outros créditos	295	178	295	178
<b>Total</b>	<b>234.355</b>	<b>303.449</b>	<b>242.078</b>	<b>242.078</b>
Investimentos	139	-	139	-
Imobilizado	21.952	16.577	21.952	16.577
Direito de uso	1.375	7.783	2.113	7.783
Intangível	116	136	116	136
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>257.937</b>	<b>327.945</b>	<b>266.259</b>	<b>266.259</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>362.994</b>	<b>499.288</b>	<b>376.582</b>	<b>376.582</b>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>327.473</b>	<b>1.239</b>	<b>327.473</b>	<b>1.239</b>
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	847	-	847
Distribuição de lucros propostos	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>327.473</b>	<b>2.086</b>	<b>327.473</b>	<b>2.086</b>
Incorporação reversa da Controladora Enesa Participações S/A.	(140.883)	(2.086)	(140.883)	(2.086)
Ajuste cumulativo de conversão	-	-	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>186.590</b>	<b>-</b>	<b>186.590</b>	<b>-</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)**

conclusão final do bem ou serviço previsto em fases contratuais, deverão ser registradas após o aceite do cliente, não havendo o registro da receita ao longo do serviço prestado. **Reconhecimento de custos e despesas:** Os custos e as despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime de competência das atividades de prestação de serviços de engenharia de montagem e manutenção eletromecânica, são apropriados ao resultado conforme sua execução e aplicação à obra. **4.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa e aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com possibilidade de serem resgatados a curto prazo (três meses da data de aquisição). Os saldos bancários negativos são apurados no passivo circulante. **4.3. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber representam os serviços prestados até a data das demonstrações financeiras e estão apresentados líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. **4.4. Estoques:** Os materiais de consumo ou aplicação são registrados com base no custo de aquisição. Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável, dos dois o menor. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários circulares, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa esperados e o valor contábil do ativo. **4.6. Avaliação do valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças líquidas que possam resultar em uma perda de valor. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **4.7. Investimentos:** Quando a Companhia possui o poder de governança das políticas financeiras e operacionais de uma entidade, esta é considerada uma controlada. Em situações em que existam acordos que garantem à Companhia direito de veto em decisões que afetem significativamente os negócios da Companhia, caracterizando o controle compartilhado, estas são consideradas como controladas em conjunto. Os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial. Quando a participação da Companhia nas perdas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual no passivo a descoberto, a qual vem a ser assumida obrigatoriamente, efetua pagamentos em nome dessas entidades. **4.8. Imobilizado:** É apresentado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas são apuradas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **4.9. Intangíveis:** Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando há indícios de perdas de seu valor recuperável, são submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. **4.10. Arrendamento mercantil - Arrendatário:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor de mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é mensurado posteriormente pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinar remensurações de perdas de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de emprestimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá a opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **4.11. Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvidos. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulares quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulares. **4.12. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que se seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão com, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada na demonstração do resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. **4.13. Empréstimos e financiamentos:** Os recursos financeiros obtidos, sejam eles empréstimos, financiamentos ou debêntures, são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data de informação apresentada. **4.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetem o valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro são as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Custos orgados:** Os custos orgados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis em virtude de uma natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças nos resultados de países e premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita líquida	642.907	275.647	660.055	275.647
Despesas financeiras	(552.870)	(272.390)	(568.753)	(272.390)
<b>Resultado bruto</b>	<b>90.037</b>	<b>3.267</b>	<b>91.302</b>	<b>3.267</b>
Despesas e receitas operacionais	(25.912)	(23.871)	(26.948)	(23.871)
Despesas gerais e administrativas	(25.912)	(23.871)	(26.948)	(23.871)
Outras receitas (despesas) operacionais	(18.766)	5.190	(18.766)	5.190
Resultado com equivalência patrimonial	133	-	-	-
<b>(44.545)</b>	<b>(18.681)</b>	<b>(45.714)</b>	<b>(18.681)</b>	<b>(45.714)</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>45.492</b>	<b>(15.414)</b>	<b>45.588</b>	<b>(15.414)</b>
Despesas financeiras	(17.018)	(3.034)	(17.230)	(3.034)
Receitas financeiras	2.534	40.726	2.650	40.726
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>31.008</b>	<b>22.278</b>	<b>31.008</b>	<b>22.278</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido	(7.040)	(5.336)	(7.040)	(5.336)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>23.968</b>	<b>16.942</b>	<b>23.968</b>	<b>16.942</b>
<b>Lucro por ação em Reais</b>	<b>0,1285</b>	<b>0,0302</b>	<b>0,1285</b>	<b>0,0302</b>

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	23.968	16.942	23.968	16.942
Ajuste acumulado de conversão	5	-	5	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>23.973</b>	<b>16.942</b>	<b>23.973</b>	<b>16.942</b>

Demonstrações dos valores adicionados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Receita operacional bruta	714.429	303.089	731.733	303.089
Outras receitas	7.319	47.670	7.319	47.670
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	-
<b>721.748</b>	<b>350.759</b>	<b>739.052</b>	<b>350.759</b>	<b>739.052</b>
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(186.030)	(116.087)	(195.236)	(116.087)
Perda/recuperação de valores ativos	28.217	(16.272)	28.217	(16.272)
<b>(157.813)</b>	<b>(132.359)</b>	<b>(167.019)</b>	<b>(132.359)</b>	<b>(167.019)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>563.935</b>	<b>218.400</b>	<b>572.033</b>	<b>218.400</b>
Retenções				
Depreciação e amortização	(3.044)	(4.385)	(3.044)	(4.385)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>560.891</b>	<b>214.015</b>	<b>568.989</b>	<b>214.015</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferências</b>	<b>563.558</b>	<b>254.741</b>	<b>571.784</b>	<b>254.741</b>
Receitas financeiras	2.534	40.726	2.650	40.726
Resultado de equivalência patrimonial	133	-	133	-
<b>667.575</b>	<b>305.467</b>	<b>644.572</b>	<b>305.467</b>	<b>644.572</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>563.558</b>	<b>254.741</b>	<b>571.784</b>	<b>254.741</b>
Pessoa física	344.496	143.068	352.465	143.068
Pessoa jurídica	219.062	111.673	219.319	111.673
Benefícios	69.276	30.781	69.361	30.781
FGTS	24.856	9.919	24.856	9.919
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>108.064</b>	<b>64.399</b>	<b>108.319</b>	<b>64.399</b>
Federais	91.033	57.747	91.288	57.747
Estaduais	-	-	-	-
Municipais	17.031	6.652	17.031	6.652
<b>Financiadores</b>	<b>87.030</b>	<b>30.992</b>	<b>87.030</b>	<b>30.992</b>
Aluguéis	70.012	27.059	70.012	27.059
<b>Renuneração de capitais próprios</b>	<b>23.968</b>	<b>16.942</b>	<b>23.968</b>	<b>16.942</b>
Lucros retidos no exercício	23.968	16.942	23.968	16.942
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>563.558</b>	<b>254.741</b>	<b>571.784</b>	<b>254.741</b>

possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Adicionalmente, os impactos incidentes sobre as receitas da Companhia são apurados com base no regime fiscal aplicável à construção civil, pois a Companhia entende ser parte da cadeia de produção desta indústria. Não obstante a legislação tributária em vigor é complexa e, muitas vezes, permite interpretações diversas no que se refere à abrangência do conceito de construção civil, e em função da possibilidade de várias interpretações sobre o assunto, inclusive pelas autoridades fiscais, podemos ser questionados quanto à metodologia fiscal adotada, o que pode afetar adversamente os nossos resultados e condição financeira. A Administração reconhece a importância de manter atualizado o seu quadro de provisões e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos aspectos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa suas estimativas e premissas. **4.15. Tributação: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser resarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sendo calculado no regime do lucro real e sobre o passivo fiscal diferido resultante do reconhecimento inicial de provisões. **4.16. Tributação: Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá liquidação do imposto de renda e contribuição social diferidos em períodos futuros. Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização. **4.16. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos de acordo com a adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros em 1º de janeiro de 2018. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: i) Instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado; ii) Instrumento financeiro mensurado pelo custo amortizado; e iii) Instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. a) Valor Justo por meio do resultado (VJR): São classificados nessa categoria os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data de informação apresentada. **4.17. Instrumentos financeiros - Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 48 - Instrumentos Financeiros em 1º de janeiro de 2018). A Administração da Companhia apresenta a demonstração dos fluxos de caixa formadas por DED - Certificados de Depósito Bancários e LDI - Letras Financeiras do Tesouro. São remunerados entre 100% a 103% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário 7. **Titulos e Valores Mobiliários:** Em 2021, foi efetuado o resgate antecipado sem perdas da aplicação financeira que a Companhia possui em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$16.747, classificados como ativo não circulante de títulos e valores mobiliários com vencimentos em 2025 e 2026. Essas aplicações financeiras eram formadas por CDB - Certificados de Depósitos Bancários e LDI - Letras Financeiras do Tesouro. São remunerados entre 100% a 103% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e vinculadas a taxa SELIC.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo original	383.890	55.804	383.890	55.804
Correção de receitas líquidas de contratos de construção	(28.270)	(28.270)	(28.270)	(28.270)
Correção de custos de prestação de serviços de construção	(66.517)	(31.272)	(66.517)	(31.272)
Correção de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	25.936	13.952	25.936	13.952
Correção de impostos correntes recuperados	6.728	6.728	6.728	6.728
<b>Saldo representados</b>	<b>321.707</b>	<b>16.942</b>	<b>321.707</b>	<b>16.942</b>
<b>6. Caixa e equivalentes de caixa:</b>				
Descrição	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	17.384	10.588	22.363	10.588
Aplicações financeiras	5.980	6.108	5.980	6.108
<b>Total</b>	<b>23.364</b>	<b>16.696</b>	<b>28.343</b>	<b>16.696</b>

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	30.577	18.804	30.577	18.804
Cantão de obras	2.281	3.607	2.281	3.607
Serviços a faturar	28.622	11.832	28.622	11.832
<b>61.720</b>	<b>34.243</b>	<b>61.720</b>	<b>34.243</b>	<b>61.720</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.731)	(10.731)	(10.731)	(10.731)
<b>50.989</b>	<b>23.512</b>	<b>50.989</b>	<b>23.512</b>	<b>50.989</b>
A Companhia avalia não ser necessária alterar o saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que julga suficientes os valores constituídos para fazer frentes a potenciais perdas.				
<b>9. Estoques:&lt;/</b>				

continuação		Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 da Enesa Engenharia S.A. (Em milhares de Reais)			
	2021	2020	Resultado	2021	2020
<b>Resultado</b>					
Receita líquida	(1.306)	8.044	Receita líquida	10.075	53.541
Custos	(1.130)	(391)	Custos	(500)	(2.844)
Resultado financeiro	3	511	Resultado financeiro	76	395
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(2.433)</b>	<b>8.464</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.651</b>	<b>51.092</b>
Participação ENESA 50%			Participação ENESA 42%		
Patrimônio líquido	(8.687)	(7.471)	Patrimônio líquido	145.436	141.382
Lucro líquido do exercício	(1.217)	4.232	Lucro líquido do exercício	4.053	21.459
<b>Consórcio COMGEV</b>			<b>12. Investimentos: Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021</b>		
Ativo	2021	2020			
Ativo circulante	351.565	352.474			
Ativo não circulante	34	11			
<b>Total do ativo</b>	<b>351.599</b>	<b>352.485</b>			
Passivo	2021	2020			
Passivo circulante	5.348	2.317			
Patrimônio líquido	346.275	336.624			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>351.599</b>	<b>352.485</b>			
<b>13. Imobilizado:</b>					
<b>Descrição</b>	<b>% - Taxa de depreciação</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>2021</b>
Terenos		2.031		2.031	63
Máquinas, equipamentos e veículos	4 a 12,5	103.497	(90.812)	12.685	100.107
Móveis e utensílios	10	4.754	(4.018)	736	4.590
Instalações	10	12.558	(8.556)	4.002	8.454
Beneficiários em bens de terceiros	4	1.853	(1.785)	68	1.853
Computadores e periféricos	20	5.898	(5.335)	563	5.813
Imobilizado em andamento		1.867		1.867	50
<b>Total</b>		<b>132.458</b>		<b>(110.506)</b>	<b>21.952</b>
					<b>120.930</b>
					<b>(104.353)</b>
					<b>16.577</b>
<b>Movimentação do ativo imobilizado:</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>Incorporações</b>	<b>Depreciações</b>	<b>Saldos em 31/12/2021</b>	
Terenos	63	1.968		2.031	
Máquinas, equipamentos e veículos	12.808	2.189	(2.312)	12.685	
Móveis e utensílios	603	164	(231)	736	
Instalações	2.209	2.051	126	4.002	
Beneficiários em bens de terceiros	80		(12)	68	
Computadores e periféricos	564	84	(85)	563	
Imobilizado em andamento	50	76	1.741	1.867	
<b>Total</b>	<b>16.577</b>	<b>4.095</b>	<b>(4.304)</b>	<b>(3.024)</b>	<b>21.952</b>
<b>Descrição</b>	<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciações</b>	<b>Saldos em 31/12/2020</b>	
Terenos	63			63	
Máquinas, equipamentos e veículos	14.661	1.657	(3.378)	12.808	
Móveis e utensílios	1.165	94	(456)	803	
Instalações	2.562	150	(503)	2.209	
Beneficiários em bens de terceiros	91		(11)	80	
Computadores e periféricos	284	306	(22)	564	
Imobilizado em andamento	50			50	
<b>Total</b>	<b>18.826</b>	<b>2.257</b>	<b>(4.370)</b>	<b>(136)</b>	<b>16.577</b>
<b>14. Intangível:</b>					
<b>Descrição</b>	<b>% - Taxa de amortização</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Residual</b>	<b>Residual</b>
Software		6.954	(9)	9	9
Programa de computadores		7.794	(7.697)	107	127
<b>Total</b>		<b>14.758</b>	<b>(14.641)</b>	<b>116</b>	<b>136</b>
<b>Movimentação do ativo intangível:</b>					
<b>Descrição</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019				134	
Adição				14	
Amortização				(12)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020				136	
Amortização				(20)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021				116	
<b>15. Direito de uso: Movimentação de arrendamentos com direito de uso:</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
Saldos em 31 de dezembro de 2019			10.571	(10.884)	
Contraprestações pagas				2.933	
Depreciação do período			(2.788)	—	
Juros incorridos no período				(145)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020			7.783	(8.096)	
Desreconhecimento de direito de uso			(4.969)	4.969	
Contraprestações pagas				1.825	
Depreciação do período			(1.439)	—	
Juros incorridos no período				(144)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021			1.375	(1.446)	
Total do circulante				(751)	
Total do não circulante				1.375	(695)
<b>Descrição</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
Saldos em 31 de dezembro de 2020			7.783	(8.096)	
Desreconhecimento de direito de uso			(4.969)	4.969	
Reconhecimento de direito de uso			738	(738)	
Contraprestações pagas				1.825	
Depreciação do período			(1.439)	—	
Juros incorridos no período				(154)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021			2.113	(2.194)	
Total do circulante				2.113	(695)
Total do não circulante				1.375	(695)
<b>16. Adiantamento de clientes:</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
Recursos recebidos (Congev)	2021	2020	2021	2020	
Recursos recebidos (Klabin)	11.258	8.149	11.258	—	
Recursos recebidos (Klabin/ra)		4.197	—	—	
<b>Total</b>	<b>11.258</b>	<b>12.346</b>	<b>11.258</b>	<b>20.598</b>	
<b>17. Obrigações trabalhistas:</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
Obrigações salariais a pagar	2021	2020	2021	2020	
Encargos sociais	8.183	8.363	8.910	—	
Provisão de férias e encargos	9.602	14.645	9.602	—	
<b>Total</b>	<b>15.588</b>	<b>14.044</b>	<b>15.621</b>	<b>—</b>	
<b>18. Obrigações tributárias:</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
PIS a recolher	2.833	2.970	2.833	—	
COFINS a recolher	11.192	11.806	11.193	—	
Contribuição social a recolher	1.027	—	1.027	—	
IRPJ a recolher	2.707	—	2.707	—	
ISS a recolher	347	316	347	—	
IR outras a recolher	1.392	2.342	1.392	—	
Outras obrigações	713	1.719	1.583	—	
<b>Total</b>	<b>20.211</b>	<b>19.153</b>	<b>21.082</b>	<b>—</b>	
<b>19. Obrigações legais:</b>					
<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
Previdenciárias	69	69	69	69	
As obrigações legais previdenciárias referem-se, principalmente, a discussões quanto a elegibilidade de tributação do INSS sobre FAP e sobre o adicional de dez por cento na multa do FGTS.					
<b>Movimentação das obrigações legais:</b>					
<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
Saldo no início do período	69	70	69	70	
Adições	—	—	—	—	
Reversões	—	(1)	—	(1)	
Atualizações	—	—	—	—	
<b>Saldo no final do período</b>	<b>69</b>	<b>69</b>	<b>69</b>	<b>69</b>	
As reversões são substancialmente da elegibilidade do INSS sobre verbas não integrantes desta contribuição. Em 2020, foram baixadas a totalidade das obrigações previdenciárias. Os assessores jurídicos efetuaram levantamento e possuem posicionamento para a tributação do INSS sobre o FAP, além disso, há uma decisão favorável para a não tributação do adicional de dez por cento na multa do FGTS. Os saldos atualizados destas elegibilidades em 31 de dezembro de 2021 classificados por seus assessores jurídicos como perda possível é assim demonstrada:					
<b>Descrição</b>	<b>FAP</b>	<b>10% FGTS</b>	<b>Total</b>		
Principal	9.257	7.781	17.038		
Multa e atualização	5.948	2.317	8.265		
<b>Total</b>	<b>15.205</b>	<b>10.398</b>	<b>25.603</b>		
<b>20. Parcelamentos tributários:</b> O saldo de parcelamento tributários é assim apresentado:					
<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>		
Parcelamento de Imposto de Renda	54.158	—	—		
Outros parcelamentos ordinários	249	—	—		
Refis IV	11.592	12.550	—		
<b>Total</b>	<b>65.999</b>	<b>12.550</b>	<b>—</b>		
<b>Circulante</b>	<b>13.761</b>	<b>1.588</b>	<b>—</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>52.238</b>	<b>10.962</b>	<b>—</b>		
Aos Administradores e Acionistas da Enesa Engenharia S.A. - São Paulo - SP. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enesa Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Enesa Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos: Representação dos valores correspondentes:</b> Conforme descrito na nota explicativa nº5, em decorrência de correção de erros, os valores correspondentes, individuais e consolidados, referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e					

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis

sobre as Demonstrações Financeiras pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As auditorias podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nas nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022

**Contador**  
**Jorge Bezerra de Souza - CRC** 1SP260.050/O-3

**Contador**  
**Renji Trevor**  
**RENGI TREVOR**  
**Auditor Independente S.S.**  
**CRC 25P031.172/O-1**

**Contador**  
**Marcos Roberto Evangelista**  
**CRC 15P218.803/O-5**

## Impacto Energia S.A.

CNPJ: 27.569.384/0001-14

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2021. São Paulo, 11 de fevereiro de 2022

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>									
Caixa e equivalente de caixa	5	–	45.012	832	45.029				
Contas a receber	6	–	–	326	–				
Tributos a recuperar	–	77	–	151	–				
Créditos diversos	–	–	–	75	66				
<b>Total ativo circulante</b>		<b>77</b>	<b>45.012</b>	<b>1.384</b>	<b>45.095</b>				
<b>Não circulante</b>									
Partes relacionadas	7	11.389	11.624	8.606	8.511				
Investimentos	9	11.695	11.422	–	–				
Imobilizado	9	–	–	15.962	16.644				
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>23.084</b>	<b>23.046</b>	<b>24.568</b>	<b>25.155</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>23.161</b>	<b>68.058</b>	<b>25.952</b>	<b>70.250</b>				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Capital social	Prejuízos acumulados	AFAC	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>16.605</b>	<b>(1.958)</b>	<b>–</b>	<b>14.647</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	44.629	44.629
Prejuízo do exercício	–	(276)	–	(276)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>16.605</b>	<b>(2.234)</b>	<b>44.629</b>	<b>59.000</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	(44.629)	(44.629)
Prejuízo do exercício	–	(573)	–	(573)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>16.605</b>	<b>(2.807)</b>	<b>–</b>	<b>13.798</b>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

## Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A Impacto Energia S.A. (Companhia) é uma entidade de capital fechado domiciliada na Avenida das Nações Unidas nº 13.797, Vila Gertrudes, São Paulo, Brasil e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, em grupos de sociedade ou em consórcios. A Companhia foi constituída em abril de 2017 e atualmente é controladora das seguintes sociedades: **Figueira Energia S.A. (Figueira):** Constituída em 13 de setembro de 2018. É uma entidade de capital fechado domiciliada na Avenida 24 de março, 590, Aterro Sanitário Metale Sul, Candiaia - RS, Brasil e tem por objeto social a prestação de serviços de: (a) produção de energia, vapor e todos os derivados provenientes da cogeração de energia, uso de combustível de biogás provenientes de aterros sanitários; (b) produção de energia através de fonte solar fotovoltaica; (c) arrendamento ou aluguel de equipamentos destinados à geração de energia elétrica e de vapor, tais como caldeiras, motores, entre outros; (d) participação em consórcios, bem como em outras Sociedades, como quotista ou acionista. A respectiva Empresa iniciou suas operações no início de 2021 de produção de energia renovável. **Ingá Energia S.A. (Ingá):** Constituída em 07 de fevereiro de 2017. É uma entidade de capital fechado domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 13.797 Vila Gertrudes, São Paulo, Brasil e tem por objeto social a prestação de serviços de: Geração de energia elétrica, produção e distribuição de vapor, água quente e ar-condicionado. **Gasbio Services** de participação, exceto holdings. **Indaiá Energia Ltda. (Indaiá):** Constituída em 10 de julho de 2019. É uma Companhia limitada domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 13.797 Vila Gertrudes, São Paulo, Brasil e tem por objeto social a prestação de serviços de: Geração de energia elétrica, outras Sociedades e participação, exceto holdings produção e distribuição de vapor, água quente e ar-condicionado. **Gasbio Services Gestão de Operação & Manutenção Ltda. (Gasbio Services):** Constituída em 31 de outubro de 2018. É uma Companhia limitada domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 13.797 Vila Gertrudes, São Paulo, Brasil e tem por objeto social a Gestão de Contratos e Prestação de Serviços de desenvolvimento, implantação, exploração, manutenção de empreendimentos de geração de energia elétrica, bem como prestar serviços de intermediação de negócios. **Gasbio Energy Saving Soluções em Eficiência Energética Ltda. (Gasbio Energy):** Constituída em 01 de novembro de 2018. É uma Companhia limitada domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 13.797 Vila Gertrudes, São Paulo, Brasil e tem por objeto social a prestação de serviços de Consultoria, Soluções em Serviços de Eficiência Energética, Gestão de todos os contratos inerentes e necessários à prestação de serviços de arrendamento, fornecimento de desenvolvimento, implantação, exploração, manutenção de empreendimentos de geração de energia elétrica, combustível, seguros, faturamento, relacionamento com as concessionárias de energia ou quaisquer outros (serviços e/ou contratos) necessários para os clientes possam produzir Energia Elétrica ou Térmica, quaisquer que sejam as fontes de combustível, conforme as regulamentações aplicáveis, que seja a par compensação na rede (grid) em Geração Distribuída, para produção independente (PIE) ou auto produtor (APE). **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International Accounting Standard Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com consonância em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, e avaliação dos ativos intangíveis pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia foram aprovadas pela diretoria em 31 de janeiro de 2022. **3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores, quando necessário. As demonstrações financeiras da subsidiária são elaboradas na mesma data de encerramento da Controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. O controle das investidas é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. **Empresas controladas**

	Participação %	2021	2020
Figueira Energia S.A.	99,99%	99,99%	–
Gasbio Energy Saving Soluções em Eficiência Energética Ltda.	99,99%	–	–
Ingá Energia S.A.	98,98%	98,98%	–
Indaiá Energia Ltda.	99,99%	99,99%	–
Gasbio Services Gestão de Operação & Manutenção Ltda.	99,99%	–	–

**4. Principais políticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa:** Representado por caixa e saldos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa (quando existentes), em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **Investimentos:** Quando a Companhia possui o poder de governança das políticas financeiras e operacionais de uma entidade, esta é considerada uma controlada. Em situações em que existam acordos que garantam à Companhia direito de voto em decisões que afetem significativamente os negócios da Companhia, caracterizando o controle compartilhado, estas são consideradas como controladas em conjunto. Os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial. Quando a participação da Companhia nas perdas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual no passivo a descoberto, uma vez que assume obrigações, efetua pagamentos em nome dessas Companhias ou efetua adiantamentos para futuro aumento de capital. **Imobilizado líquido:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. **Avaliação do valor recuperável de ativos:** O valor contábil líquido dos principais ativos é revisado anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências indicam a deterioração, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contábeis, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subseqüentemente, estes efeitos são relacionados nas linhas de receita com venda de imóveis, despesas e receitas financeiras, no resultado, não pelo da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL):** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$240. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são constituídas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Lucro por ações:** O lucro por ações básico e diluído é calculado por meio do lucro líquido do exercício e pela média ponderada das ações no respectivo exercício. Durante o exercício ocorreram operações que influenciaram o cálculo do lucro diluído. **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Informações suplementares - Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é regulada pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Sociedades de Capital Aberto. As IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil para Sociedades e Sociedades de capitais fechadas não requerem esta demonstração. Entretanto a Administração da Sociedade está apresentando a respectiva demonstração do valor adicionado como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **Normas e interpretações vigentes e não vigentes:** As alterações de normas e interpretações técnicas ainda não vigentes foram avaliadas e a Companhia, concluiu que tais alterações não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia não antecipo a adoção das alterações das seguintes normas e interpretações: "Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Classificação

Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2020					
	Patrimônio líquido	Resultado exercício	% - Participação	Equivalência	Investimentos
<b>Descrição</b>					
Figueira Energia S.A.	11.582	160	99,99%	160	11.582
Gasbio Energy Saving Soluções em Eficiência Energética Ltda.	113	113	99,99%	113	113
Ingá Energia S.A.	(281)	(4)	98,98%	(4)	(281)
Indaiá Energia Ltda.	(83)	(5)	99,99%	(5)	(83)
<b>Total dos investimentos</b>	<b>(502)</b>	<b>(112)</b>	<b>99,99%</b>	<b>(112)</b>	<b>(112)</b>
<b>Total dos investimentos</b>	<b>11.422</b>	<b>(355)</b>	<b>99,99%</b>	<b>11.422</b>	<b>11.422</b>
<b>Total de Provisões para investimentos com passivo a descoberto</b>	<b>–</b>	<b>(506)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(506)</b>
<b>Total</b>	<b>11.389</b>	<b>11.624</b>	<b>8.606</b>	<b>8.511</b>	<b>11.389</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021

	Patrimônio líquido	Resultado exercício	% - Participação	Equivalência	Investimentos
<b>Descrição</b>					
Figueira Energia S.A.	11.422	(474)	99,99%	(474)	11.422
Ingá Energia S.A.	(277)	(23)	98,98%	(23)	(277)
Indaiá Energia Ltda.	(78)	(5)	99,99%	(5)	(78)
<b>Total dos investimentos</b>	<b>(502)</b>	<b>(112)</b>	<b>99,99%</b>	<b>(112)</b>	<b>(112)</b>
<b>Total de Provisões para investimentos com passivo a descoberto</b>	<b>–</b>	<b>(355)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(355)</b>
<b>Total</b>	<b>11.389</b>	<b>11.624</b>	<b>8.606</b>	<b>8.511</b>	<b>11.389</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2020

	Patrimônio líquido	Resultado exercício	% - Participação	Equivalência	Investimentos
<b>Descrição</b>					
Figueira Energia S.A.	11.422	(474)	99,99%	(474)	11.422
Ingá Energia S.A.	(277)	(23)	98,98%	(23)	(277)
Indaiá Energia Ltda.	(78)	(5)	99,99%	(5)	(78)
<b>Total dos investimentos</b>	<b>(502)</b>	<b>(112)</b>	<b>99,99%</b>	<b>(112)</b>	<b>(112)</b>
<b>Total de Provisões para investimentos com passivo a descoberto</b>	<b>–</b>	<b>(355)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(355)</b>
<b>Total</b>	<b>11.389</b>	<b>11.624</b>	<b>8.606</b>	<b>8.511</b>	<b>11.389</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021

	Patrimônio líquido	Resultado exercício	% - Participação	Equivalência	Investimentos
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	4 a 12,5	14.905	–	(728)	14.177
Equipamentos de apoio	10	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.784</b>	<b>(822)</b>	<b>(822)</b>	<b>15.962</b>	<b>15.962</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2020

	Patrimônio líquido	Resultado exercício	% - Participação	Equivalência	Investimentos
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	–	14.905	–	(1.005)	14.177
Equipamentos de apoio	–	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.644</b>	<b>(16.784)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.644</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 2020	Transferências	Adições	Depreciação em 2021	Saldo em 2021
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	–	14.905	–	(1.005)	14.177
Equipamentos de apoio	–	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.644</b>	<b>(16.784)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.644</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2020

	Saldo em 2020	Transferências	Adições	Depreciação em 2021	Saldo em 2021
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	–	14.905	–	(1.005)	14.177
Equipamentos de apoio	–	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.644</b>	<b>(16.784)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.644</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 2020	Transferências	Adições	Depreciação em 2021	Saldo em 2021
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	–	14.905	–	(1.005)	14.177
Equipamentos de apoio	–	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.644</b>	<b>(16.784)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.644</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2020

	Saldo em 2020	Transferências	Adições	Depreciação em 2021	Saldo em 2021
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	–	14.905	–	(1.005)	14.177
Equipamentos de apoio	–	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.644</b>	<b>(16.784)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.644</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 2020	Transferências	Adições	Depreciação em 2021	Saldo em 2021
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	–	14.905	–	(1.005)	14.177
Equipamentos de apoio	–	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.644</b>	<b>(16.784)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.644</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2020

	Saldo em 2020	Transferências	Adições	Depreciação em 2021	Saldo em 2021
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	–	14.905	–	(1.005)	14.177
Equipamentos de apoio	–	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.644</b>	<b>(16.784)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.644</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 2020	Transferências	Adições	Depreciação em 2021	Saldo em 2021
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	–	14.905	–	(1.005)	14.177
Equipamentos de apoio	–	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.644</b>	<b>(16.784)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.644</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2020

	Saldo em 2020	Transferências	Adições	Depreciação em 2021	Saldo em 2021
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	–	14.905	–	(1.005)	14.177
Equipamentos de apoio	–	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.644</b>	<b>(16.784)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.644</b>

## Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 2020	Transferências	Adições	Depreciação em 2021	Saldo em 2021
<b>Descrição</b>					
Máquinas, equipamentos e veículos	–	14.905	–	(1.005)	14.177
Equipamentos de apoio	–	1.879	–	(94)	1.785
<b>Total</b>	<b>16.644</b>	<b>(16.784)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.64</b>



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F914-CAF0-A2AA-02FB> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F914-CAF0-A2AA-02FB



### Hash do Documento

BEB2118ACB7BE518BB35AB1D1498D44B5905BE2546EC050979043E97A1505C85

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/02/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
18/02/2022 21:20 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

